

---

# SER Social

CRISE AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS  
Brasília (DF), v. 26, nº 52, janeiro a junho de 2023

---

## Agroecologia e educação intercultural no Sul global: construindo a soberania alimentar

*Agroecology and intercultural education in the global South:  
building food sovereignty*

*Agroecología y educación intercultural en el Sur global:  
construyendo soberanía alimentaria*

Camila Gomes Ferreira<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-5102-086X>  
Bruno Andrade Pinto Monteiro<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0001-8933-5816>

Recebido em: 24/11/2022

Aprovado em: 05/01/2023

---

1 Bacharel em Nutrição pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA). Especialização em Políticas Públicas e Sociais da Saúde pela Universidade de Araraquara (UNIARA). Especialização em Personal Dietitian em Clínica, Esporte e Fitoterapia pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (NUPEM), Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus de Macaé (RJ). *E-mail*: <nutinbuzios@gmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2111964629231322>>.

2 Licenciado em Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Licenciado em Física pela UNIS. Mestre em Tecnologia Educacional para as Ciências e Saúde. Doutorado em Educação em Ciências e Saúde. Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Macaé). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde (NUTES/UFRJ). Professor do Mestrado Profissional em Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento (Proasd/NUPEM/UFRJ). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Linguagens no Ensino de Ciências (LINEC-UFRJ/Macaé). Pesquisador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASUR/UNIRIO). Pesquisador da Rede Internacional de Estudos Decoloniais na Educação Científica e Tecnológica (RIEDECT). *E-mail*: <bp-monteiro@gmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9891843186400847>>.

**Resumo:** O artigo apresenta uma revisão dos principais conceitos e reflexões sobre a educação intercultural na construção da soberania alimentar no Sul global, diante dos desafios contemporâneos dos sistemas alimentares e das mudanças climáticas. Para a busca, foram utilizados os descritores “agroecologia”, “educação intercultural” e “soberania alimentar” em bases de dados virtuais, tendo como resultado 20 artigos para leitura integral, compilados em três categorias: (I) abordagem decolonial e valorização do resgate das memórias e dos patrimônios alimentares dos povos africanos e latino-americanos; (II) educação intercultural como espaço de aproximações e distanciamentos culturais, não apenas aflorando a barbárie, mas possibilitando o diálogo e o intercâmbio; (III) agroecologia como “antídoto” e paradigma alternativo para a saída da crise. A análise elucidada o processo de transformação, baseada em pedagogias coletivas essenciais para a regeneração natural e a construção da soberania alimentar.

**Palavras-chave:** agroecologia; decolonialidade; educação intercultural; soberania alimentar.

**Abstract:** The article presents a review of the main concepts and reflections on intercultural education in the construction of food sovereignty in global South, in the face of contemporary challenges such as food systems and climate change. For the search, the descriptors “agroecology”, “intercultural education” and “food sovereignty” were used in virtual databases, resulting in 20 articles for full reading, compiled in three categories: (I) Decolonial approach and the rescue of memories and food heritage of african and latin american peoples; (II) Intercultural education as a space for cultural approaches and distances, not only bringing about barbarism, but enabling dialogue and exchange; (III) Agroecology as an “antidote” and a alternative paradigm for exiting the crisis. The analysis elucidates the transformation process, based on collective pedagogies essential for natural regeneration and the construction of food sovereignty.

**Keywords:** agroecology; decoloniality; intercultural education; food sovereignty.

**Resumen:** El artículo presenta una revisión de los principales conceptos y reflexiones sobre la educación intercultural en la construcción de la soberanía alimentaria en el Sur global, frente a los desafíos contemporáneos como los sistemas alimentarios y el cambio climático. Para

la búsqueda se utilizaron los descriptores “agroecología”, “educación intercultural” y “soberanía alimentaria” en bases de datos virtuales, resultando 20 artículos para lectura completa, compilados en tres categorías: (I) Enfoque decolonial y rescate de memorias y alimentos patrimonio de los pueblos africanos y latinoamericanos; (II) La educación intercultural como espacio de acercamientos y distancias culturales, no solo propiciando la barbarie, sino possibilitando el diálogo y el intercambio; (III) La agroecología como “antídoto” y paradigma alternativo para salir de la crisis. El análisis dilucida el processo de transformación, a partir de pedagogías colectivas imprescindibles para la regeneración natural y la construcción de la soberanía alimentaria.

**Palabras clave:** agroecología; decolonialidad; educación intercultural; soberanía alimentaria.

## INTRODUÇÃO

Naufragada em uma crise ambiental sem precedentes, a contemporaneidade se encontra diante do antropoceno, traçando uma nova história para a humanidade como nova era geológica (MENESES, 2019). Considerada por muitos especialistas como linha limítrofe ao dano irreversível e ao risco para todas as formas de vida do planeta, a expressão “grande aceleração”, conforme descrevem Steffen *et al.* (2015), tem como pressuposto a captação da natureza holística, inter-relacionada às mudanças pós-1950: a junção entre o sistema socioeconômico e o sistema biofísico da Terra, por meio da globalização (FARIAS, 2019). Sob o prisma ambiental, inúmeros são os alertas que recaem sobre a probabilidade de que o sistema socioeconômico atual contribua para a desaceleração dos efeitos irreversíveis ocasionados pela mudança climática global. No campo das ciências, riscos de graves pandemias por zoonoses também foram sinalizados e diretamente relacionados ao desmatamento de florestas nativas para o agronegócio do capital-intensivo. Neste cenário de incertezas, a pandemia da Covid-19 ocorre de forma simultânea, multidimensional e em nível mundial: a degradação ambiental como cerne do problema – um vírus como resultado da natureza em desequilíbrio – é a hipótese mais provável (CASTRO; MONTEIRO, 2020).

Em países de capitalismo periférico, o cenário de crises foi, a partir de 1950, ocasionado: (I) pelas crises sociais de desigualdade e violência; (II) pela crise ambiental, de diferentes formas; e (III) pela

crise econômica, como a “crise alimentar” mundial em 2008, suscitando questionamentos no que se refere à inviabilidade do padrão imposto à agricultura (ALTIERI, 2012). O fim do século XX marca também uma crise de sentido anunciada como a decadência do paradigma de desenvolvimento e do modo de vida determinado por ela. Reflexões sobre o modo de inovação capitalista em nome do progresso, a colonização, o desenvolvimento e a globalização são postas em xeque diante do sequestro histórico da agricultura (SILVA, 2017).

No entanto, a novidade não se deve aos sinais, mas aos níveis de vulnerabilidade social, à desordem institucional e às exigências políticas, como a retomada de movimentos racistas, fascistas e de extrema direita (MENESES, 2019). A crise que anteriormente era de saúde transformou-se em uma crise de alimentação e subsistência, o que evidencia o aumento da insegurança alimentar (BURITY *et al.*, 2021). O conceito de segurança alimentar e nutricional está sempre em construção. Evolui à medida que a humanidade avança e altera-se conforme a organização social e as relações de poder em uma sociedade. Após a Segunda Guerra Mundial (1945), a segurança alimentar foi hegemonicamente tratada como disponibilidade de alimentos, enquanto a insegurança alimentar decorre da produção insuficiente nos países pobres (BURITY *et al.*, 2010). Tal cenário foi propício à experiência de aumentar a produtividade de alguns alimentos, associada ao uso de novas variedades genéticas, fortemente dependentes de insumos químicos, chamada de “Revolução Verde” (ALTIERI, 2012). Mais tarde, seriam identificadas as terríveis consequências ambientais, econômicas e sociais dessa estratégia, como a redução da biodiversidade, a erosão do solo, a desertificação, menor resistência a pragas, êxodo rural e contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos (BURITY *et al.*, 2010).

O impasse fundamental das sociedades humanas, desde a sua expansão até a sua decadência, foi que, segundo Montgomery (2007), elas sempre estiveram historicamente sob o uso insustentável dos recursos naturais. Uma das principais responsáveis foi a agricultura e, também, a conseqüente mudança no *modus operandi*, a partir da criação de necessidades e inovações tecnológicas ao longo do tempo (PASINI, 2017). A questão alimentar está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses. Por isso, tal concepção ainda é palco de grandes disputas (BURITY *et al.*, 2010). Suas consequências manifestam-se não somente em territórios vulneráveis da América Latina e nos padrões de má

nutrição existentes, mas também na reestruturação da agricultura europeia, na obesidade, na engenharia genética e na entrada dos *organismos geneticamente modificados* (OGM) na alimentação (PLOEG, 2008).

O panorama de crises também se reflete no futuro da agricultura e na ética na inovação, de modo que o moderno/colonial emana a crise sistêmica e o seu declínio antes de 2050. Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), criador do conceito de “colonialidade”, o sistema capitalista – enquanto instituição – opera no processo de reprodução das relações, dos significados e das práticas e atua transversalmente no trabalho, na natureza, no sexo, na subjetividade e na autoridade (SILVA, 2017). O passado colonial americano apontou que, para além da hierarquização dos grupos humanos pela cor da pele e por outros marcadores raciais, a conquista da hegemonia sociocultural se deu pela alimentação. Como resultado da “geopolítica do conhecimento” (MIGNOLO, 2003) ou da “colonialidade dos sabores e paladares” (ACHINTE, 2010), a existência da hierarquização e das formas de preparo, conforme o lugar que ocupam na geografia de poder, determina o que Miller (2016) conceituou de “colonialidade alimentar” e seus aspectos históricos fundamentais no processo de alimentação, comensalidade e “marginalização de produtos”. Apropriando-se dos patrimônios alimentares dos povos colonizados, a colonialidade alimentar é moldada por padrões alimentares hegemônicos da Europa, polarizados pelo sistema capitalista como detentora do conhecimento gastronômico universal, violando a autonomia alimentar dos povos do Sul global (BASTOS, 2022).

Este artigo objetiva trazer à luz reflexões sobre o paradigma hegemônico vigente na contemporaneidade pela perspectiva decolonial, partindo do seguinte princípio: como construir a soberania alimentar no Sul global diante de tantos desafios mundiais?

O Sul global é um conceito complexo, relacionado não somente aos espaços geográficos, mas também políticos e simbólicos, nos quais a modernidade – como instituição – dá lugar a formas de exploração, violência e racismo, ainda que a proteção efetiva ocorra no viés democrático. Por modernidade compreende-se o período histórico que se inicia com as grandes navegações e a chegada dos europeus aos territórios que posteriormente serão denominados de Américas. Nesta fábula, em que as formas de ser, saber e viver são negadas, desprezadas e invisibilizadas, seria preciso que a Europa *moderna* “ajudasse” os povos “primitivos”, “arcaicos” e “atrasados” para que se desenvolvessem, legitimando a

predominância da barbárie, uma vez que a lei dos homens brancos não necessariamente deveria funcionar na chamada zona colonial ou no “outro lado da linha”. A zona colonial é a incorporação do universo das crenças e dos comportamentos incompreensíveis, que estão para além do verdadeiro e do falso (OLIVEIRA; LINSINGEN, 2021).

Nos dias atuais, tal realidade ainda está em vigor, de maneira que o pensamento moderno ocidental continua operando mediante linhas abissais, dividindo o mundo humano do sub-humano. A divisão metafórica do mundo capitalista em Norte e Sul global é um exemplo de como tais linhas operam. Ao Sul global estão os países em territórios situados nos dois hemisférios e que continuam sofrendo as consequências da expansão colonial europeia, de modo que não atingem níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao Norte global (OLIVEIRA; LINSINGEN, 2021). Assim, a crise ecológica existente hoje é resultado do revés do arquétipo dominante de desenvolvimento, que é limitado na promoção da equidade e da sustentabilidade, pois não alcança as camadas mais pobres, não resolve as questões da fome e da desnutrição e nem mesmo as questões ambientais (ALTIERI, 2012).

A natureza e seus processos, padrões e ciclos são imensuráveis, assim como a diversidade de olhares sobre eles (PETRI; FONSECA, 2019). Fundamentos do direito humano à alimentação e da continuidade do planeta como um todo são ameaçados pelas mudanças climáticas, pela poluição ambiental, pelo desmatamento, pelo apoderamento privado dos recursos naturais, pelo comprometimento da biodiversidade e pela uniformização do padrão alimentar. Os direitos humanos são compreendidos como universais, inseparáveis, intransferíveis, interdependentes e interligados em sua realização. Com o entendimento de que a alimentação é um processo de transformação da natureza em gente, as naturezas simbólicas, culturais e subjetivas são inseparáveis da realização do *direito humano à alimentação e à nutrição adequadas* (DHANA) (BURITY *et al.*, 2021).

Em “*Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*” (1946), o médico e geógrafo pernambucano Josué de Castro forneceu, a partir de seus estudos, a compreensão do problema da alimentação no país e como a fome se manifestava nas diferentes regiões do Brasil, denunciando o modelo de desenvolvimento de herança colonial, entendido como obstáculo à garantia do direito humano à alimentação e à soberania alimentar. Por soberania alimentar entende-se “o direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de

produção, distribuição e consumo de alimentos e que garantam o direito à alimentação para toda a população”. No entanto, o que se observa consiste de formas de produção, distribuição e consumo de alimentos e da sua relação com a comensalidade eurocentrada (BASTOS, 2022).

Um dos maiores desafios para a saúde e o meio ambiente no século XXI é a alimentação, de modo que se torna imprescindível a transformação do sistema alimentar global atual (moldado pelo modelo produtivista de larga escala), mediante um processo que desnaturaliza a agricultura (FARIAS, 2019). Autores como Scarano *et al.* (2011) reforçam a importância dessa pauta quando pensam em como as questões ambientais atingirão diretamente a produção e o consumo de alimentos (BURITY *et al.*, 2021). A Agenda 2030, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, engloba transversalmente as questões agroalimentares em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 Metas, que buscam a articulação de um projeto global por meio do engajamento de diversos setores e atores da sociedade. Dentre tais objetivos, destaca-se o ODS 2, que busca “erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável”, enquanto o ODS 13 orienta os países a “adotar medidas urgentes no combate às mudanças climáticas e aos seus impactos”, trazendo a justiça para o centro do debate sobre o clima, a pobreza e o desenvolvimento, considerando que a ação climática constitui-se como imperativo ético (PREISS; SCHNEIDER, 2020).

O traço fundamental da soberania alimentar é a indissociabilidade de elementos como: (I) reforma agrária, direitos territoriais e bens da natureza; (II) pesca tradicional; (III) garantia do acesso à terra e aos meios de produção; (IV) acesso à água limpa o suficiente para o consumo e a produção de alimentos; (V) adoção de sistemas alimentares de base agroecológica; (VI) acesso à alimentação adequada e saudável; (VII) fortalecimento da agricultura familiar e dos mercados locais; (VIII) acesso aos serviços de saúde e nutrição; (IX) políticas de geração de emprego e renda; (X) adoção de políticas que não submetam a soberania alimentar aos interesses econômicos do livre comércio; e (XI) ações voltadas para o empoderamento e a autonomia econômica das mulheres.

Por tal motivo, a soberania alimentar é uma bandeira política, enquanto a abordagem decolonial é o resgate das memórias e dos patrimônios alimentares que resistem até os dias atuais com saberes acumulados dos povos africanos e latino-americanos. Assim, a violação do direito humano

à alimentação no Sul global é decorrente do histórico de colonização e dominação que ainda persiste, diferentemente da tese neomalthusiana, que atribui a fome à suposta superpopulação mundial (BASTOS, 2022).

Apesar das mais diversas formas de violência, grupos com outras formas de ser, saber e viver permanecem resistindo, como os povos indígenas e as comunidades quilombolas e camponesas. A diversidade epistemológica representa um amplo enriquecimento das capacidades humanas, razão pela qual Santos e Meneses (2010) denominam de epistemologias do Sul os saberes dos grupos sociais que sofreram violações do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, de maneira que constituem um movimento contra-hegemônico ou um “pensamento pós-abissal”, uma vez que admitem que as práticas e os sujeitos de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários (OLIVEIRA; LINSINGEN, 2021). Neste sentido, a agroecologia seria um “antídoto” para a “amnésia biocultural” e serviria para a construção de um paradigma alternativo para a saída da crise, uma vez que os povos tradicionais e camponeses são os principais protetores da memória biocultural da espécie. As práticas agroecológicas são, assim, um resultado da resistência a um memoricídio biocultural das comunidades tradicionais, com a imposição da promessa do paradigma agrícola moderno, ocorrendo a partir da segunda metade do século XX, como projeto político e ideológico (CASTRO; MONTEIRO, 2020).

As transformações paradigmáticas das experiências agroecológicas só serão possíveis com a mobilização social, a *práxis* da luta global pela soberania alimentar. No centro da estratégia agroecológica, o campesinato é a ideia central, pois os saberes adquiridos na agricultura e no manejo de agroecossistemas tornam-lhes aptos à transição agroecológica. O campesinato é representado como aqueles que praticam a agricultura camponesa, com uma racionalidade econômico-ecológica específica que se opõe à racionalidade da agricultura capitalista. Seus modos de fazer agricultura não são estáticos, mas diversos: evoluem ao longo do tempo e do espaço, com as características dos agrossistemas e com as sociedades que neles estão inseridas (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2021).

A perspectiva decolonial é aplicada para examinar o papel da agricultura e o lugar da ética da inovação em cenários emergentes no século XXI, emancipando a colonialidade do poder, do ser, da natureza, em um processo de decolonialidade ontológica, epistemológica,



metodológica e axiológica do ideal de desenvolvimento, por meio de processos inovadores que coincidam com nossos idiomas, autores e lugares (SILVA, 2017). O conhecimento é construído democraticamente, não distinguindo os processos dos conteúdos, preservando a ecologia entre os saberes camponeses e indígenas e o saber científico, provocando a conversão em uma experiência transformadora (MENESES, 2019). Assim, a agroecologia política nasce para fornecer referenciais teóricos e metodológicos em processos de inovação institucional. Os princípios e valores fundamentais desse paradigma são praticados nos contextos sociais, ecológicos e políticos; e, neste sentido, emergem de processos de transição promovidos de baixo para cima (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2021).

Ao incorporarmos novas formas de percepção, somos reconectados aos sujeitos históricos que somos e de cuja memória biocultural, nas palavras de Toledo e Barrera-Bassols (2008), estamos abdicando (PETRI; FONSECA, 2019). No colonialismo ou “desencantamento” do mundo, a compreensão dos interesses e das metas parte dos olhos daqueles que definem o que são os *outros* e não reconhece a diversidade como elemento fundamental. No entanto, na ciência do “encante”, o ser é um todo, de modo que o sentir e o pensar não estão deslocados, como bem expressam as palavras de Simas e Rufino (2019, p. 103): “Todo ser é continuidade. A política, a labuta cotidiana, é legado ancestral”.

## **A AGROECOLOGIA COMO RAIZ DA CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR DOS “SUBALTERNOS”**

Em tempos de globalização hegemônica, o caráter intercultural das sociedades volta a pensar na educação como espaço de aproximações e distanciamentos culturais. É nas várias “zonas de contato” que a diversidade de etnias, culturas, gêneros e grupos sociais é reconhecida, não apenas em meio à emergência dos conflitos, mas também das possibilidades de diálogo e intercâmbio (EL-HANI, 2022). No entanto, as práticas patriarcais, raciais e etnocidas ameaçam a extinção da vida na Terra, opondo-se à convivência ética entre os seres humanos, de modo que o padrão global capitalista de poder reflete questões sobre raça, saber, ser, natureza e colonialidade (SILVA, 2017). Para Quijano (2005), a perspectiva eurocêntrica nas relações de dominação produziu uma

“colonialidade do saber”, como resultado do processo de construção do conhecimento capitalista colonial/moderno. Tal apagamento dos saberes subalternos em nome da superioridade do saber europeu relaciona-se diretamente ao que Mignolo (2005) denomina “diferença colonial”, que se encontra no centro do processo de construção do conhecimento (CASTRO; MONTEIRO, 2020).

Segundo Vygotsky (1991), a produção do conhecimento é construída socialmente, de modo que a vivência em sociedade é essencial para a transformação do homem biológico em ser humano. Os princípios sobre a natureza, os padrões e os ciclos são diversos, o que reflete a busca e a celebração da diversidade epistemológica para a sua compreensão, que, por muitas vezes, se distancia daquilo sobre o qual o conhecimento científico se debruça, entendendo apenas uma versão diante de um fenômeno e norteado por metodologias específicas (PETRI; FONSECA, 2019). As formas de conhecimento híbridas e transculturais resistem e transformam o conhecimento hegemônico a partir do que Grosfoguel (2008) denomina de “epistemologia de fronteira”, como resposta decolonial crítica à construção epistemológica da verdade única (CASTRO; MONTEIRO, 2020). É o espaço de ruptura onde os conhecimentos são formulados, partindo das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos subalternos, em um compromisso ético-político de construção do conhecimento contra-hegemônico (OLIVEIRA; LINSINGEN, 2021).

Com o “*encobrimento da América*” (DUSSEL, 1993), o mundo foi ocidentalizado e a ética foi ignorada em nome da violenta expansão, impulsionada pelo capital mercantil para a consolidação do capitalismo agrário, da agricultura e das ciências naturais, mediante estratégias políticas, ideológicas e epistemológicas. Suas verdades e sua visão de mundo são de matriz institucional, a qual condiciona os processos naturais e a dinâmica do modo de inovação, bem como o modo de interpretação da realidade e os modos de intervenção dominante (SILVA, 2017). A modernidade e a colonialidade influenciaram, para o mundo rural, os desdobramentos relacionados à desigualdade na distribuição da terra e no trabalho, reproduzindo o modo de ser camponês e seus saberes, inferiores diante do imaginário urbano e científico (PETRI; FONSECA, 2019).

Os sistemas agrícolas tradicionais se originaram ao longo de séculos de evolução biológica e cultural, partindo das experiências acumuladas dos agricultores e de sua interação com o meio ambiente, sem

o acesso aos insumos externos, ao capital ou ao conhecimento científico (PLOEG, 2008). As epistemologias do Sul, conforme Santos e Meneses (2009), caracterizam os conhecimentos dos povos colonizados que foram desprezados ou apropriados pelos conquistadores, em um processo de epistemicídio e sufocamento das culturas locais, mediante a assimilação da cultura europeia, condenando-os à invisibilidade (LARANJEIRAS *et al.*, 2019). Seu conceito não é uma epistemologia, mas sim um termo que tem o intuito de dar sentido às outras epistemologias que buscam reparar os danos e impactos históricos causados pelo capitalismo e por sua relação colonial com o mundo (OLIVEIRA; LINSINGEN, 2021).

Por tal motivo, a agroecologia surge no contexto das epistemologias do Sul, trazendo desses saberes invisibilizados a construção de um novo conhecimento, um novo projeto político, cuja ética é construída mediante a convivência em comunidade (SILVA, 2017). A conciliação de inovação ocorre na relação entre a pesquisa e o conhecimento tradicional, contribuindo para transformações nos sistemas alimentares em nível local (PREISS; SCHNEIDER, 2020). Tais inovações são, na agroecologia, expressas na diversidade e na criatividade das diferentes formas de resistência para o enfrentamento das desigualdades e a luta do campesinato, principalmente no que se refere à construção da autonomia nos territórios e às questões de gênero e raça. Como movimento social, articula atores envolvidos com a prática e os alicerces teóricos em sua construção, além dos setores envolvidos nas lutas por justiça social, saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia social, solidária e ecológica, igualdade entre gêneros e equilíbrio na relação entre o rural e o urbano (LIMA; QUEIROZ, 2019).

Para Catherine Walsh (2006), as pedagogias decoloniais e as epistemologias do Sul são perspectivas epistêmicas oriundas de lugares étnico-raciais subalternos, de grupos feministas, dissidentes sexuais e de gênero, assim como dos movimentos sociais, como negros, quilombolas, indígenas, das comunidades rurais e ribeirinhas. A lente da cultura é utilizada para explicar o que é a realidade e como ela funciona. Como forma de resistência e afirmação diante da destruição e da violência relacionadas às epistemologias do Norte, procuram garantir a sobrevivência do planeta de forma dialógica, onde o movimento e a relação de reciprocidade são categorias ontológicas e epistemológicas fundamentais (MENESES, 2019). Diante disso, as epistemologias do Sul operam contra-hegemonicamente, assentadas em três orientações,

de acordo com Santos (1995, p. 508): “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul, à luz de outras perspectivas, que não as do Norte global”. A interculturalidade apresenta-se como uma nova forma de fazer democracia, garantindo a participação e a permanência dos povos nas tomadas de decisões, resgatando as cosmovisões dos diferentes grupos étnicos e sua ancestralidade, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural, a riqueza ambiental e os saberes das classes populares (OLIVEIRA; LINSINGEN, 2021).

O estímulo à renovação epistemológica ocorre pela contextualização socioambiental, pela apreensão da comunidade como sujeito de conhecimento e pela articulação entre cientificidade e espiritualidade. Um exemplo é o ensaio teórico conduzido por Silva e Tavares de Lima (2018) sobre as reflexões referentes às cosmologias na cultura afro-brasileira, que apresenta aspectos do candomblé que podem contribuir para os estudos da agroecologia, tais como: (I) a relação dos povos de terreiro e sua indissociabilidade da natureza; (II) a vida em comunidade como resistência; (III) a infinidade de conhecimentos relacionados às folhas e às ervas “de poder”, destinadas à cura do corpo e do espírito; (IV) o alimento destinado ao corpo; (V) o sagrado como significado de vivificação para o orixá; e (VI) o papel das mulheres (LARANJEIRAS *et al.*, 2019).

Outro exemplo a ser citado é a *educação ambiental de base comunitária* (EABC), que, em nível local, pode agregar respostas decoloniais críticas dos subalternos diante da construção epistemológica da verdade única. Indicando um caminho metodológico que encontra suas raízes na América Latina, nos legados pedagógicos das lutas sociais e no fortalecimento comunitário, o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur/UNIRIO) agrega conhecimentos comunitários e acadêmicos que se inter-relacionam com a colonialidade e a cosmovisão, bem como com a colonização das relações da espiritualidade com a terra e a ancestralidade, de modo a englobar o território e se opor ao racismo ambiental (CASTRO; MONTEIRO, 2020).

A relação entre a natureza e a sociedade está no núcleo dos sistemas alimentares, estabelecendo de maneira coletiva os processos de produção, coleta, pesca, processamento, distribuição, troca, comercialização e consumo de alimentos, considerando a demanda e a harmonia com os recursos naturais disponíveis (BURITY *et al.*, 2021). Pelo fato de englobar elementos como ambientes, pessoas, processos e

atividades educativas que almejam resultados para o estado nutricional e a saúde das populações, os sistemas alimentares instituem vínculos socioeconômicos e ambientais na sociedade, função que é primordial, por definir, diversificar e permitir a qualidade dos alimentos que serão consumidos (HLPE, 2014).

Sem a modificação de determinantes socioeconômicos como os que governam o que se produz, o como se produz e para quem se produz, os agroecossistemas sustentáveis não poderão ser implementados, pois englobam dimensões tecnológicas, sociais e econômicas (ALTIERI, 2012), indo do solo à mesa, sem excluir o retorno ao solo (LARANJEIRAS *et al.*, 2019). Portanto, a agroecologia política não é somente um novo ramo da agroecologia, mas uma proposta programática, que necessita de base socioecológica em instituições e de meios necessários para a transformação de paradigmas, entendendo a indissociabilidade entre o ser humano e o ambiente (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2021).

O conceito de conhecimento é incompleto, ao passo que outras ontologias, epistemologias e projetos pedagógicos são prenúncios da educação enquanto projeto emancipador (MENESES, 2019). Para o filósofo e historiador Hugh Lacey (2019), a agroecologia é indissociável de dimensões como a científica, a prática agrícola e o movimento social, bem como a dimensão quanto ao projeto político. Portanto, propõe o que denomina de “metodologias sensíveis ao contexto”, se opondo às metodologias descontextualizadas da ciência convencional, indicando a construção de um novo paradigma, mediante conhecimentos contextualizados e posturas diferenciadas dos cientistas, englobando o diálogo, a horizontalidade e a ecologia de saberes. Dentre as estratégias, incluem: (I) a interligação entre o físico, o químico e o biológico com o humano, o social, o cultural e o histórico; (II) o diálogo de saberes, integrando conhecimentos como os dos agricultores, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, bem como diferentes disciplinas da ciência e os movimentos sociais; (III) a incorporação dos agricultores e das agricultoras como sujeitos da pesquisa; e (IV) a justiça social, a sustentabilidade, a participação democrática, a soberania alimentar e a crítica ao sistema agroalimentar atual. Diferentemente da ciência hegemônica, a agroecologia utiliza-se de metodologias sensíveis ao contexto ecológico, humano e social, de forma a se relacionar com as várias dimensões dos agroecossistemas, como a produtividade, a renda, o acesso, a variedade e a qualidade dos alimentos, além da sustentabilidade

ecológica, da conservação da biodiversidade, da saúde, da autonomia, da cultura e dos valores (LARANJEIRAS *et al.*, 2019).

A sustentabilidade é indissociável da preservação da diversidade cultural que alimenta as agriculturas locais; assim, as mudanças de paradigmas também exigem o cultivo de certas premissas éticas (ALTIERI, 2012). Embora a agricultura camponesa também seja submetida aos impérios alimentares, o campesinato representa a resistência. O processo de trabalho é uma arena extremamente importante de luta social, visto como um esforço substancial para melhorar os recursos disponíveis, realizando pequenos ajustes, de modo que contribuam para o mecanismo-chave da cooperação (PLOEG, 2008). É nas lutas latino-americanas que a educação ambiental nasce, no ventre das mulheres como suas principais protagonistas (CASTRO; MONTEIRO, 2020).

Em uma sociedade construída sob os ideais do capitalismo, do racismo e do patriarcado, as viabilidades do trabalho das mulheres são fundamentais para a busca por uma sociedade justa e igualitária (LIMA; QUEIROZ, 2019). Tal evidência pode ser vista nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018) que apontam para o número de mulheres agricultoras em nível mundial, que é superior ao dos homens, o que caracteriza o papel central das mulheres na construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, distintos do sistema agrícola dominante. Seus saberes, seus conhecimentos e suas práticas agrícolas somam-se à realização do trabalho do cuidado, em que a alimentação é o elemento fundamental (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2021).

Na visão de Freire (2000), as lutas pela sustentabilidade e pelo futuro da humanidade mediante o diálogo distanciam-se dos legados coloniais, além do fato de que contribuem para os processos de tradução interculturais no campo educacional, transformando-se em experiências práticas e pedagogias libertadoras. Refletir sobre as comunidades baseadas em pedagogias coletivas constitui um passo essencial para a regeneração natural e possibilita a sobrevivência na Terra (MENESES, 2019). As premissas filosóficas da ciência tradicional não legitimam os conhecimentos e outras formas de aprendizagem, como a ancestralidade em saberes ecológicos tradicionais, saberes indígenas, camponeses e outras formas de conhecimento e interação entre os humanos e a natureza (PETRI; FONSECA, 2019).

No entanto, as mudanças paradigmáticas ou as “metamorfozes” já estão em andamento, expressas na biodiversidade de práticas sociais que apresentam caminhos possíveis para a reconstrução de uma nova dieta. Na agroecologia, a metamorfose é inspirada no sociólogo Edgar Morin (2007, p. 179; p. 181), ao afirmar que “*cuando un sistema es incapaz de tratar sus problemas vitales, se desintegra o entonces es capaz de suscitar un meta-sistema para lidiar con sus problemas: él se metamorfosea*”. Ou seja, tais mudanças ou “metamorfozes” são cruciais para a sobrevivência. Seu processo, sob o prisma intelectual, reconhece a inexistência de um centro gravitacional de forças transformadoras, mas sim redes estruturadas em diversas escalas nos territórios mais remotos do mundo e articulados em torno da agenda política da agroecologia e da soberania alimentar (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2021). Em nível global, seu reconhecimento se deve ao vasto conjunto de evidências científicas e empíricas que contribuem para a efetividade do *direito humano à alimentação adequada* (DHAA), englobando as dimensões da disponibilidade, acessibilidade, adequação, sustentabilidade e participação (BURIGO, 2021).

Na arteficialidade dessas práticas, os saberes se contextualizam com respostas e propostas específicas, refletem sobre diversas ontologias políticas emergenciais e conectam a humanidade e a natureza de forma relacional, opondo-se às linhas abissais do pensamento moderno e reforçando as lutas pela emancipação social (MENESES, 2019). Mediante aspectos como diversidade, natureza, processos cíclicos, flexibilidade adaptativa, interdependência e laços de reciprocidade e cooperação, os sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis são construídos. Nesse agrossistema, os tempos universais e totalizadores não sincronizam com esta realidade, pois seu horizonte é múltiplo e sua trajetória não segue linhas cartesianas e binárias. É um processo livre às experiências, ao ambiente, aos biomas. Quando há espaço, avança, cresce, estratifica-se. Se o ambiente é hostil, recua e cria caminhos alternativos, conectando-se com outros caminhos e novas trajetórias. Suas redes são diversificadas e complexas, de modo que se expandem e se disseminam por outros territórios, construindo novas realidades, transformando a sociedade. Seu movimento nasce no subsolo, como raízes; e, por tal motivo, expressa resistência. Coletivamente, pode construir soluções locais para dilemas contemporâneos causados pelos modernos sistemas alimentares (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta revisão, reflexões sobre os desafios contemporâneos para o século XXI (como a alimentação e as mudanças climáticas) foram elencadas, estabelecendo uma estreita relação entre a sociedade, a natureza e a cultura na tarefa fundamental da sobrevivência e da resistência da vida humana e dos ecossistemas.

Em tempos de “crises” agrárias, políticas, ambientais, econômicas, sociais e éticas, falar de soberania alimentar é transformação, transmutação da monocultura que predomina no campo, mas também na mente e no prato, mediante o entendimento de que, no capitalismo, não há modernidade sem colonialidade.

Assim, a agroecologia surge como uma mudança de paradigma, como inovação social ou “metamorfose”, em processos que expressam a resistência e a multiplicidade de experiências e práticas sociais autônomas e solidárias, ressignificando a comida e os modos de comer, abrindo caminhos possíveis e imensuráveis para a construção da soberania alimentar no Sul global.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400p. Disponível em <[https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia\\_short\\_port.pdf](https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf)>. Acesso em: 1º ago. 2022.

BASTOS, M. N. P. Fome e colonialidade alimentar no Brasil. **Revista Mosaico**. V. 14. Nº 22, p. 341-354, 2022. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/86295>>. Acesso em: 22 set. 2022.

BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Agenda 2030: saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4411-4424, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/p36TMkBKMZqnkxD7WXcfbxx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.;



LEÃO, M.; CARVALHO, M. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: **ABRANDH**, 2010.

BURITY, V.; ROCHA, N. C. Informe DHANA 2021 [livro eletrônico]: pandemia, desigualdade e fome. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2021.

CASTRO, D. J. F; MONTEIRO, A. P. A (re)existência de mulheres na forma de saberes ancestrais: repensando outras relações entre ciência, ambiente e educação no contexto pandêmico. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**. REVISEA, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 7, número especial, 2020. ISSN Eletrônico: 2359-4993.

EL-HANI, C. N. Bases teórico-filosóficas para o design de educação intercultural como diálogo de saberes. **Investigações em Ensino de Ciências**, [S. l.], v. 27, nº 1, p. 1-38, 2022.

FARIAS, Jorge Luís de Sales. O antropoceno e as transformações no sistema alimentar: desafios e oportunidades para a agricultura no semiárido. In: **II Workshop WEEA**, 2019, Porto Alegre, p. 1-25.

HLPE. Food losses and waste in the context of sustainable food systems: A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: **FAO**, jun. 2014. 116 p.

LARANJEIRA, N. P. F.; CARCELLE, S. J. A.; DE MIRANDA, D.; SÁ, T. D. de A.; TRENTO, L. G.; DE SOUZA, T. S.; CARDOSO, I. M. Para uma ecologia de saberes: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na ABA. **Revista Brasileira de Agroecologia** [S. l.], v. 14, nº 2, p. 15, 2019. DOI: 10.33240/rba.v14i2.22959.

LIMA, A.; QUEIROZ, A. L. **Capítulo 1: Economia - Mulheres. Mulheres e soberania alimentar: sementes de mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2019. 136 p.

MENESES, M. P. **Os desafios do Sul: traduções interculturais e interpólicas entre saberes multi-locais para amplificar a descolonização da educação**. In: MONTEIRO, B. A. P. Decolonialidades na Educação em Ciências. 1ª edição. Coleção Culturas, Direitos Humanos, Diversidades na Educação em Ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019, p. 20-43.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel *et al.* (Ed.). **Introducción a la agroecología política**: 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. Color. ISBN: ISBN 978-987-813-035-4. Disponível em: <<https://www.clacso.org/introduccion-a-la-agroecologia-politica/>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

OLIVEIRA, Maíra Caroline Defendi; LINSINGEN, Irlan von. Alternativas epistêmicas emergentes na ciência e seu ensino a partir do sul global. **Perspectiva** [S. l.], v. 39, nº 2, p. 1-19, 2021. DOI: 10.5007/2175-795X.2021.e67902. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/67902>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PASINI, Felipe. A Agricultura Sintrópica de Ernst Göstch: história, fundamentos e seu nicho no universo da Agricultura Sustentável. 2017. 19 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) – Campus da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://ppgciac.macaue.ufrj.br/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/FELIPE\\_DOS\\_SANTOS\\_PASINI\\_ok.pdf](http://ppgciac.macaue.ufrj.br/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/FELIPE_DOS_SANTOS_PASINI_ok.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2020.

PETRI, M.; FONSECA, A. B. **Outros saberes na educação do campo no Brasil: reflexões para o ensino de ciências**. In: MONTEIRO, B. A. P. Decolonialidades na Educação em Ciências. 1ª edição. Coleção Culturas, Direitos Humanos, Diversidades na Educação em Ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019, p. 225-245.

PREISS, P. V; SCHNEIDER, S. **Sistemas alimentares no século XXI: debates contemporâneos**. Editora UFRGS.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. 372 p.

SIMAS, L. A; RUFINO, L. **Flecha no tempo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Mórula: 2019. 112 p.

SILVA, J. S. Agroecologia e a ética da inovação na agricultura. **Redes** - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, nº 2, maio-agosto, 2017, p. 351-373.